

ESTADO DE SÃO PAULO  
**O risco do fracasso**

**U**m mês depois de abertas as urnas, Fernando Henrique Cardoso encara uma das verdades do seu real.

O plano realizou o que a alguns parecia impossível, elegendo-o presidente. Agora, o que parece impossível é a consolidação da maioria no Congresso necessária ao eleito para mudar qualquer coisa na Constituição.

Ele já fez e refez cálculos, ouviu, discutiu e refletiu sobre fórmulas para chegar a uma elementar conclusão, exposta de forma crua na sua visita a Buenos Aires, quinta-feira: a Constituição hoje não dá nenhuma brecha para mudanças.

Para quem atravessou a campanha eleitoral e saiu das urnas com um alentado projeto de governo, cujos fundamentos passam por mudanças na Carta, isso representa pouco mais que uma constatação. É uma evidência de fraqueza política.

Significa que o presidente eleito, com seu baú repleto de promessas e boas intenções, está se vendo manietado pelo confronto dos seus planos com a realidade aparentemente imutável.

Significa, também, que se realmente pretende cumprir os compromissos que assumiu com os eleitores terá de ir à luta, para valer, antes mesmo da posse. Porque seu governo, antes de começar, já corre riscos.

Mas Cardoso sinaliza disposição: avisou assessores e aliados que, a partir da segunda quinzena deste mês, pretende dirigir, pessoalmente, as negociações com líderes de partidos em torno de uma fórmula política que permita rapidez na produção de mudanças na Constituição.

Os bolsos do paletó do eleito estão repletos de idéias e possibilidades. O problema, como insistiu em dizer em Buenos Aires, é que ele está com mais dúvidas do que certezas: é ou não é legal (constitucional) mudar o quórum e os prazos do processo legislativo para emendar a Constituição?

Os juristas estão divididos. Há uma atomização de opiniões, do advogado Saulo Ramos, ex-consultor da República, ao senador Josaphat Marinho, guru constitu-

cionalista de muitos no Congresso, passando pelo deputado Nelson Jobim, relator da fracassada revisão — mas presença firme em todas as listas de ministeriáveis. Divergem mais sobre isso do que os cientistas sobre a origem do universo.

Um dos riscos que Cardoso passa a correr é o de gastar as próximas semanas, assim como os meses iniciais de seu governo, entretido com questões dessa natureza. E aí pode atolar.

Porque resistências já estão delineadas. Por exemplo: a Associação Nacional dos Procuradores da República está anunciando a montagem de um arsenal de argumentos para confrontar nos tribunais, se preciso for, toda e qualquer tentativa de manobra dentro do Legislativo para alterar as regras (estabelecidas no artigo 60 da Constituição) do processo de emendas à Carta.

Tais resistências tendem a ser ampliadas na exata medida em que o fôlego do Plano Real vai se esgotando — o da estabilidade da inflação sem correspondência imediata e constante na expansão da economia, ancorado no virtual congelamento dos salários.

O eleito está diante de seu primeiro grande teste político: ir à luta e conquistar a maioria legislativa de

que vai precisar para governar e, sem a qual, muito pouco poderá aspirar.

A solução só depende de sua habilidade, competência, disposição e paciência para negociar. Até agora, Cardoso tem se mostrado capaz o suficiente para escapar às armadilhas das fórmulas políticas milagrosas. Deu demonstração clara ao enterrar com pá de cal a idéia de ir para plenário do Senado, logo depois da eleição, comandar o que lhe foi apresentado como uma estratégia para a "abertura" da reforma constitucional ainda neste ano.

Seu desafio real é começar, e logo, uma negociação política que pode vir a se transformar na mais ampla e produtiva já realizada por um governo eleito pelo voto direto. Até porque sem ela, seus planos e seu governo ficam ameaçados. Pelo fracasso antecipado.



■ José Casado é jornalista

**O presidente eleito está se vendo manietado pelo confronto dos seus planos com a realidade**